



CAMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR A ATUAÇÃO DO GRUPO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA (MST), DO SEU REAL PROPÓSITO, ASSIM COMO DOS SEUS FINANCIADORES

REQUERIMENTO N º DE 2023

Solicitam seja convidado representante da Secretaria de Perícia, Investigação e Análise da Procuradoria Geral da República (SPPEA/PGR), do Ministério Público Federal (MPF), para prestar informações a esta comissão.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fulcro no art. 58, §3º, da Constituição Federal, na Lei n.º 1.579 de 18 de março de 1952 e nos termos do art. 36, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja CONVIDADO, representante da Secretaria de Perícia, Investigação e Análise da Procuradoria Geral da República (SPPEA/PGR), do Ministério Público Federal (MPF), para prestar informações a esta comissão.

JUSTIFICATIVA

A Secretaria de Perícia, Pesquisa e Análise (Sppea/PGR) é a unidade orgânica de direção e coordenação nacional das atividades de perícia, pesquisa e análise no âmbito do Ministério Público Federal. Ela desenvolve sistemas investigativos que subsidiam apurações conduzidas pelo MPF e políticas públicas, como os Projetos “Calculadora de Impactos do Garimpo”, “Plataforma de Territórios Tradicionais” e “Amazônia Protege”.

A “Calculadora de Impactos do Garimpo” é ferramenta online que calcula o valor financeiro dos danos socioambientais causados pelo garimpo ilegal na Amazônia. O objetivo é ajudar órgãos públicos e a sociedade na prevenção e combate à extração ilegal de ouro na região.

A “Plataforma de Territórios Tradicionais”, parceria entre o MPF, o Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT) e a Agência de cooperação



alemã no Brasil – Giz Brasil, utiliza georreferenciamento para reunir e disponibilizar informações de diversas fontes sobre as áreas habitadas por povos e comunidades tradicionais de todo o Brasil, realizando um diagnóstico da ocupação de territórios.

O “Amazônia Protege” utiliza imagens de satélite e cruzamento de dados públicos, o MPF instaura ações civis públicas contra os responsáveis pelos desmatamentos ilegais com mais de 60 hectares registrados pelo Projeto de Monitoramento do Desflorestamento na Amazônia Legal (Prodes/Inpe).

A esta Comissão importa entender a metodologia aplicada e conhecer as pesquisas desenvolvidas no âmbito da SPPEA/PGR sobre ações e invasões ilegais de terra no Brasil, inclusive para identificação de eventuais ocorrências envolvendo a atuação do Movimento Sem Terra no Brasil e supostos financiadores.

Assim, a oitiva de representante da secretaria do MPF permitirá conhecer um cenário mais amplo dos conflitos decorrentes da regularização fundiária e invasões de terras no Brasil, e poderá trazer importantes esclarecimentos para o aprofundamento dos trabalhos dessa Comissão.

Sala das Comissões, de 2023.

Dep. NILTO TATTO (PT/SP)

Dep. PADRE JOÃO (PT/MG)

Dep. PAULÃO (PT/AL)

Dep. VALMIR ASSUNÇÃO (PT/BA)

Dep. CAMILA JARA (PT/MS)

Dep. GLEISI HOFFMANN (PT/PR)

Dep. JOÃO DANIEL (PT/SE)

Dep. MARCON (PT/RS)



* C D 2 3 2 4 4 5 3 9 5 9 0 0 *



Requerimento (Do Sr. Nilto Tatto)

Solicitam seja convidado representante da Secretaria de Perícia, Investigação e Análise da Procuradoria Geral da República (SPPEA/PGR), do Ministério Público Federal (MPF), para prestar informações a esta comissão.

Assinaram eletronicamente o documento CD232445395900, nesta ordem:

- 1 Dep. Nilto Tatto (PT/SP) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 2 Dep. Marcon (PT/RS) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 3 Dep. Camila Jara (PT/MS) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 4 Dep. Daiana Santos (PCdoB/RS) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 5 Dep. João Daniel (PT/SE) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 6 Dep. Paulão (PT/AL) - Fdr PT-PCdoB-PV

